

Dívida

Funaro retoma as

Economia

17/9/85, TERÇA-FEIRA • 7

ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

negociações da dívida

Washington O ministro da Fazenda do Brasil, Dílson Funaro, chegou ontem a Washington, para manter reunião com autoridades do Fundo Monetário International, num contato prévio, com vistas ao reinício das conversações entre as partes, de acordo com informações de fontes financeiras.

Funaro terá encontro amanhã com o diretor do FMI, Jacques de Larosière e posteriormente concederá entrevista coletiva à Imprensa, segundo revelou a embaixada Brasileira.

Outras fontes indicam que a visita de Funaro ao diretor do FMI será apenas "de cortesia", mas que permitirá preparar as conversações de uma missão técnica brasileira que chegará a Washington no final da semana.

É a primeira visita de Funaro ao FMI, depois que assumiu o cargo há três semanas, em substituição ao renunciante Francisco Dornelles, situação que retardou as gestões tanto com os bancos como com o FMI.

Segundo as fontes, o Brasil necessita um crédito **standby** de 1,2 bilhão de dólares, mas deseja, principalmente, o aval do FMI para renegociar a dívida com os bancos credores.

A dívida externa brasileira, a maior dos países em desenvolvimento, é calculada em mais de 100 bilhões de dólares.

A missão técnica brasileira, integrada por funcionários do Ministério da Fazenda e do Banco Central chegará quinta-feira a Washington, para reiniciar as conversações com o Fundo.

Segundo as fontes não se trata de negociações, mas sim de encontro preliminar para que as partes apresentem suas respectivas posições. Posteriormente, seriam realizados os contatos para procurar superar as divergências que têm impedido, até agora, um acordo entre o Brasil e o Fundo.

Segundo se tem informado, o FMI acha que o Brasil não fez os esforços suficientes para reduzir o gasto público a fim de diminuir a inflação que atualmente chega a 227 por cento ao ano.

O governo do presidente José Sarney, por seu turno considera que a prioridade está em ativar o crescimento econômico do país e não em aplicar medidas que venham sobreregar os assalariados.

A missão brasileira, possivelmente será integrada pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda.

Banco quer taxa extra

Os bancos estrangeiros estão tentando incluir uma cláusula no acordo de renegociação da dívida externa que permite a cobrança de uma comissão extra — além do **spread** internacional — nos reemprestimos dos recursos externos depositados no Banco Central. O Legislativo precisa estar atento a todos os itens da renegociação, pois a aprovação desta cláusula significará um desembolso extra, ao Brasil, de no mínimo US\$ 20 bilhões.

O alerta é do economista Décio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, que mostrou a nova estratégia dos bancos estrangeiros para que a cobrança desta comissão, que é ilegal, se transforme em legal. A ideia é transformar as operações da Lei 4.131, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro no País, em repasses pela resolução 63, que faculta aos bancos de investimentos, desenvolvimento ou comercial, a contratação direta de empréstimos externos para serem repassados a empresas no País.

Assim, diz Décio Garcia Munhoz, os bancos estrangeiros que controlam a maioria dos bancos de investi-

timentos podem se transformar em intermediários destes e em prêmios cobrando taxas semestrais. E é exatamente esta facilidade que não pode ser permitida pelo Congresso Nacional, para que os recursos sejam reemprestados por nove anos e sem comissão, ao invés de um ano e com comissões legais.

A decisão de não permitir a intermediação dos bancos de investimentos e comerciais nos reemprestimos dos recursos externos é política, salienta o economista Décio Munhoz. Ainda mais que o Executivo está sofrendo pressões para incluir a cláusula. O acordo anterior com os bancos estrangeiros, que estava na iminência de ser assinado, previa a cobrança destas taxas, mas ela foi neutralizada pela comissão de economia da Câmara que trabalhou para sua exclusão.

Os bancos estrangeiros faziam leilões com os recursos depositados obrigatoriamente, pelas empresas no Banco Central, ou seja, "eles mandavam o Banco Central reemprestar os recursos às empresas estatais ou privadas, mas para quem pagasse a comissão".